

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.985 - CE (2019/0327323-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : RUAN FELIPE COELHO DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA - CE024045**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RUAN FELIPE COELHO DA SILVA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fl. 419):

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. (ARTS. 2.º, § 2.º E 4.º, INCISOS II E IV, DA LEI 12.850, ART. 33 E ART. 35 C/C ART. 40, INC. VI, TODOS DA LEI 11.343/06). PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. NÃO VISUALIZADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. PACIENTE INTEGRANTE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA "COMANDO VERMELHO". SUSPEITO DE DISTRIBUIR AS DROGAS DO GRUPO CRIMINOSO, TANTO EM FORTALEZA QUANTO NA REGIÃO METROPOLITANA, ASSIM COMO ATUAR NA ARRECADAÇÃO PERIÓDICA DA "COTA" A SER DADA AOS POLICIAIS MILITARES QUE GARANTEM O EXERCÍCIO DE FORMA DESEMPARADA DAS AÇÕES CRIMINOSAS PERPETRADAS PELO GRUPO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. ALEGAÇÃO DE FALTA DE CONTEMPORANEIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. DESCABIMENTO. NECESSIDADE DE INTERROMPER A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. COMPLEXIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. MAUS ANTECEDENTES. SÚMULA 52, TJCE. IRRELEVÂNCIA DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IN APLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Consta dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 30/5/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 2º, §§ 2º e 4º. incisos II e IV da Lei 12.850/2013 e arts. 33 e 35, c/c 40, inciso VI, da Lei 11.343/2006.

Neste recurso, a defesa sustenta carência de fundamentação do decreto e ausência de contemporaneidade entre o decreto de prisão cautelar e a data dos eventos criminosos.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 39-47):

[...].

No tocante aos requerimentos de prisão preventiva e busca e apreensão, formulados no bojo da Denúncia, passamos a DECIDIR.

**A presente ação penal é oriunda de profundo trabalho investigativo com o intuito de identificar integrantes da facção criminosa Comando Vermelho - CV e Família do Norte - FDN que à época atuava de maneira estruturada para a prática reiterada do crime de tráfico de drogas e outros crimes violentos conexos (homicídios), precipuamente em comunidades situadas no bairro Messejana e adjacências.**

O principal suspeito, apontado como líder local, foi identificado como sendo Francisco das Chagas de Sousa Veras, vulgo "Bidão" - não denunciado nestes autos para evitar bis in idem, uma vez que já responde ação penal tramitando este juízo -, responsável por dar as mais variadas ordens aos seus subordinados, bem como negociar vultuosas quantias de entorpecentes (cocaína, crack e maconha) que seriam distribuídas no bairro que detém o controle, bem como em outras localidades, inclusive, no interior do Estado do Ceará.

**Nesse contexto, surge o nome dos denunciados Francisco Diego de Oliveira, vulgo "Diego dos Coqueiros", Ruan Felipe Coelho da Silva, vulgo "Dezenove", e Lucas Serafim da Silva, vulgo "Luquinha", os quais são acusados de integrar organização criminosa, tráfico de drogas e associação para o tráfico, possuindo papel fundamental para o funcionamento a contento da operação, responsáveis pelo desdobramento, entrega, transporte e recebimento de entorpecentes e de dinheiro do apurado do tráfico, além de gerenciarem pontos estratégicos de venda de drogas dentro dos territórios dominados pelo grupo.**

[...].

**In casu, o fumus comissi delicti encontra-se sobejamente demonstrado através das investigações encetadas. Os doutos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, ao oferecer a Denúncia, colacionaram, inclusive, transcrições de algumas das principais conversas interceptadas, demonstrando que os representados nesta medida de prisão preventiva atuam em conjunto, de forma permanente e habitual, integrando organização criminosa, bem**

**como praticam os mais variados crimes, sobretudo, o tráfico de drogas.** E por tudo o que foi apurado, ab initio, não estamos diante de traficantes autônomos ou principiantes.

Segundo narrado na denúncia, ver bis:

DIEGO DOS COQUEIROS - No áudio 21340906.WAV, abaixo listado, DIEGO pede autorização ao patrão BIDÃO para entregar uma amostra de droga a um terceiro ("cara da L200"). BIDÃO autoriza a entrega e manda que DIEGO também forneça COCAÍNA ao tal sujeito. No dia 09/05/2016, às 20h06min, mais uma ordem é exarada de BIDÃO para DIEGO, desta feita para que o empregado leve um quilo de MACONHA a um local por ele determinado. Nos diálogos captados pelos áudios 21387287.WAV e 21386847.WAV, DIEGO deixa claro que pertence à facção criminosa FAMÍLIA DO NORTE (FDN) e que seu chefe, BIDÃO, mais conhecido como irmão GORDO, também tem aproximação com a mesma facção. No primeiro dos áudios destacados, DIEGO conversa com um interlocutor nomeado apenas como CESINHA, que se diz membro da facção criminosa PRIMEIRO GRUPO CATARINENSE (PGC) em busca de fechar negócios com membros da FDN, pois "tem umas idéias fechadas na federal com os irmãos de Mossoró". DIEGO prontamente diz que vai passar o contato de seu patrão BIDÃO para que a parceria seja estabelecida.

**DEZENOVE - DEZENOVE é responsável pela distribuição de drogas do grupo, tanto em Fortaleza quanto na região metropolitana, assim como também atua na arrecadação periódica da "cota" a ser dada aos policiais militares que garantem o exercício de forma desembaraçada das ações criminosas perpetradas pela organização encabeçada por BIDÃO.** O DENUNCIADO em tela é companhia constante de BIDÃO, seja nas horas de lazer, seja na atuação cotidiana do tráfico de drogas. No áudio 18099090.WAV, um indivíduo identificado apenas como DAVI pergunta a BIDÃO o valor da cocaína (escama). BIDÃO fala ao fundo com DEZENOVE, que se encontra a seu lado, e pergunta quanto custa meio quilo do produto criminoso. Em seguida, BIDÃO volta a falar com DAVI e diz que o valor é "11 e 500". Na conversa captada pelo áudio 18099090.WAV, BIDÃO pede para DEZENOVE "fazer a cota". O denunciado pergunta se o valor é "400" e BIDÃO confirma. Pelo contexto do diálogo, DEZENOVE parece se responsabilizar pelo recolhimento do dinheiro direcionado a policiais corruptos não só em relação ao grupo liderado por BIDÃO, mas também de outros traficantes, a exemplo do citado "LOURÃO":

LUQUINHA - No dia 28/08/2015, BIDÃO conversa com o denunciado LUCAS SERAFIM, o LUQUINHA, acerca dos responsáveis pela morte de um dos comparsas do grupo. BIDÃO pede ao subordinado que "tente descobrir onde estão esses caras, para nós matar todos quatro". Diz que até a mulher vai no embalo, pois foi ela que "deu" (entregou). Na ligação, LUQUINHA ainda refere JÚNIOR como a pessoa que sabia o que iria acontecer (morte do comparsa) e não avisou. BIDÃO, imediatamente, passa a ordem para a execução de JÚNIOR no dia seguinte, mas muda de ideia em seguida: "é melhor

deixar para semana que vem para não embaçar, pois precisa ganhar dinheiro". Em 29/08/2015, BIDÃO pergunta a LUQUINHA pela pessoa que estaria interessada em comprar "óleo" (substrato da cocaína utilizado na fabricação do CRACK). LUQUINHA responde que era um ex- companheiro de cela seu e BIDÃO avisa ao subordinado que "semana que vem chega". No dia 25/08/2015, em conversa com LUQUINHA, BIDÃO surge planejando um novo homicídio, desta feita do tio da vítima NYEFERSON BARJIOS COSMO e de um terceiro identificado apenas como MIKE. O contexto da ligação deixa claro que a execução de tais sujeitos é uma forma de o grupo obter a hegemonia do tráfico de drogas naquela região (isso aqui é uma mina de dinheiro). LUQUINHA refere na ligação que NOVINHO vai, mais uma vez, estar a frente da intentada criminosa e pede a BIDÃO apoio material no que diz respeito a armas, veículos e pessoal.

Da mesma forma se vislumbra a presença do periculum in libertatis, justificando a decretação da prisão preventiva dos denunciados, em razão da **necessidade de garantia da ordem pública, já que os fatos atribuídos a eles se revelam especialmente graves, sendo noticiada a comercialização ilícita de grande quantidade de entorpecentes, de toda a sorte; o uso de armas de fogo; bem como o cometimento de crimes assessoriais ao tráfico de drogas (homicídios), tudo isso em nome do crime organizado.**

[...].

Impende salientar ainda que, o fato dos denunciados serem suspeitos de integrar organização criminosa, atuando nos bairros de Messejana e adjacências, é uma situação que não podemos fechar os olhos, sendo a decretação da prisão cautelar adequada e devidamente justificada, a bem da ordem pública e também com vistas a desestruturar a aludida organização criminosa.

Neste sentido, é assente a jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal, ao mencionar que "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/5P, Primeira Turma, Rei. Min. Cármen Lúcia, DJe de 20/02/2016).

Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, em consonância ao pleito ministerial, decreto a custódia preventiva de Francisco Diego de Oliveira, vulgo "Diego dos Coqueiros". Ruan Felipe Coelho da Silva, vulgo "Dezenove", e Lucas Serafim da Silva, vulgo "Luquinha", com o escopo de garantir a ordem pública, sobretudo para evitar a reiteração criminosa, o que faço com supedâneo nos arts. 311 e 312 do Código de Ritos Penais.

[...].

Como se vê, o decreto possui fundamentação idônea, baseada na gravidade dos fatos, uma vez que ao paciente, conforme visto na decisão, *é responsável pela distribuição de drogas do grupo, tanto em Fortaleza quanto na região metropolitana, assim como também atua na arrecadação periódica da "cota" a*

*ser dada aos policiais militares que garantem o exercício de forma desembaraçada das ações criminosas perpetradas pela organização encabeçada por BIDÃO. Ademais, acrescenta o magistrado de piso que decretação da prisão preventiva dos denunciados, em razão da necessidade de garantia da ordem pública, já que os fatos atribuídos a eles se revelam especialmente graves, sendo noticiada a comercialização ilícita de grande quantidade de entorpecentes, de toda a sorte; o uso de armas de fogo; bem como o cometimento de crimes assessórios ao tráfico de drogas (homicídios), tudo isso em nome do crime organizado.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz –

DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Quanto à contemporaneidade da cautelar, pacífico é o entendimento de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/03/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015.

Deste modo, há contemporaneidade do decreto prisional ante a ocorrência de fatos novos durante a instrução criminal. Consoante a folha de antecedentes criminais, o paciente responde por outros crimes que se deram após o biênio 2015/2016 (fl. 103), ademais, há notícia nos autos de que *o acusado também foi condenado em primeira instância no âmbito da ação penal nº 0192705-87.2017.8.06.0001, que tramita perante a 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza, pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei 10.826/2003), à pena de 1 (um) ano, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção, mais 12 (doze) dias-multa* (fl. 433).

Assim, justifica-se a necessidade de segregação por atender ao requisito essencial da cautelaridade.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator